

Id:167C4AB5A74EF1E7

Justificativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PIAUI
CNPJ: 06.553.820/0001-97
Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, Fone: (89) 9 8101-8090
CEP: 64640-000 E-mail: prefeitura@santoantoniodelisboa.pi.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 36 /2025, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.
LEI Nº 562 /2025, DE 20 DE Outubro 2025.

Pro: 2025
Assinada data 20/10/2025
Francisco Erivaldo da Silva
Presidente da Câmara

Assinado em 13/10/2025
Sala das Sessões
Secretário da Câmara

CONCEDE ABONO AOS PROFESSORES, DIRETORES, SECRETÁRIOS, COORDENADORES, SUPERVISORES DE ENSINO E A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Francisco Erivaldo da Silva, Prefeito do Município de Santo Antônio de Lisboa, Estado do Piauí, no uso de suas legais atribuições:

Envia ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Santo Antônio de Lisboa-PI o projeto de Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder abono aos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação do município de Santo Antônio de Lisboa-PI, seja o vínculo efetivo, comissionado ou temporário, que exercem as funções de professor, secretários, supervisores de ensino, diretores, coordenadores e secretária de educação.

§ 1º O abono de que trata este artigo não incorporará à remuneração dos servidores, não servirá como base de cálculo de quaisquer vantagens, e será pago uma única vez no ano de 2025, em razão do dia do Professor, sendo que o pagamento de qualquer abono, para outros anos, deverá ser regulamentado por lei específica.

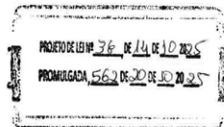
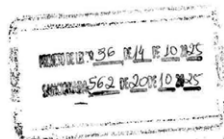
§ 2º O abono será concedido em valores iguais à todos os professores, diretores, secretários, coordenadores, supervisores de ensino e a secretária de educação da rede municipal de ensino do município de Santo Antônio de Lisboa-PI, em efetivo exercício, desde que estejam diretamente vinculados à Secretaria de Educação, sendo, vedado o pagamento, a servidores cedidos a outros órgãos ou secretaria.

§ 3º O Valor do abono de que trata esta Lei será de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogando todas as disposições em contrário.

Santo Antônio de Lisboa - PI, 14 de outubro de 2025.

Francisco Erivaldo da Silva
Francisco Erivaldo da Silva
Prefeito Municipal



Assinado

Assinado

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal, a realizar no mês de outubro de 2025, o pagamento de um abono no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) aos professores, diretores, secretários, coordenadores, supervisores de ensino e a secretária de educação da rede municipal de ensino do município de Santo Antônio de Lisboa-PI, em razão da comemoração do dia do professor.

Ante os relevantes serviços prestados pelos profissionais contemplados na lei, bem como, a necessidade de atingimento do índice de gasto na área da Educação pelo Município, justifica o pagamento do abono aos profissionais, em uma única parcela, no mês de outubro de 2025, em razão do dia dos professores.

Justificadas, portanto, as razões de minha iniciativa e evidenciado o interesse público de que se reveste a medida, submeto-a ao exame dessa Egrégia Casa Legislativa. Na oportunidade, renovo a Vossas Excelências meus protestos de apreço, estima e consideração.

Id:13B5BFC4EC3AF1A0



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PIAUI
CNPJ: 06.553.820/0001-97
Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro.
Fone: (89) 9 8101-8090 CEP: 64640-000
E-mail: prefeituradesal@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025
CREDENCIAMENTO Nº 105/2025

1. PREÂMBULO

1.1 O Município de Santo Antônio de Lisboa-PI, através da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI, com apoio da Comissão Especial de Licitação, devidamente designada por portaria específica, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo de **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação dos serviços de realização de exames laboratoriais e exames de imagens, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI**, a fim de atender as necessidades do Município de Santo Antônio de Lisboa-PI, em conformidade com o inciso IV do artigo 74 c/c inciso I do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e nos termos e condições estabelecidos deste Edital e seus anexos, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber.

O início do credenciamento se dará em 27 de outubro de 2025, ficando o edital em aberto permanentemente, viabilizando o ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos especificados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa - PI, aumentando-se, dessa forma, o número de participantes em prol do interesse público.

Local de entrega dos envelopes de Proposta e Documentos de Habilitação: Na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Lisboa - PI ou através do e-mail: prefsal2025@gmail.com.

Horário: de 7:30 às 13:00H

Informações: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, Santo Antônio de Lisboa - PI, CEP 64640-000.

E-mail: prefsal2025@gmail.com

O inteiro teor deste edital e seus anexos estão disponíveis no Setor de Licitações, com sede na Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, Santo Antônio de Lisboa - PI, CEP: 64640-000, onde podem ser obtidas cópias deste instrumento convocatório, em todos os dias úteis, das 7:30 às 13:00 horas ou no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí-TCE/PI.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Edital tem por objeto o **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação dos serviços de realização de exames laboratoriais e exames de imagens para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de**

(Continua na próxima página)

Lisboa - PI, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos, que o integram e complementam.

- 2.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar os serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
- 2.3 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excluyente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de Credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.
 - 3.1.1 Eventuais esclarecimentos ou impugnações deverão ser dirigidos à Comissão de Credenciamento, por e-mail ou junto ao Protocolo do Setor de Licitações, com sede na Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, Santo Antônio de Lisboa - PI, CEP 64640-000 - Santo Antônio de Lisboa - PI;
 - 3.1.2 Caberá à Comissão de Credenciamento decidir sobre as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis.
 - 3.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.2 A entrega dos envelopes de Proposta e Habilitação implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições estabelecidas neste instrumento;
- 3.3 Dos atos da Comissão de Credenciamento caberá recurso, devendo ser protocolado junto ao Protocolo do Setor de Licitações, Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, Santo Antônio de Lisboa - PI, CEP: 64640-000 - Fone: (89) 9 8101-8090, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões por meio de memoriais;
- 3.4 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a Comissão de Credenciamento ratificará sua decisão;
- 3.5 Os recursos devem ser dirigidos à Comissão de Credenciamento, por e-mail ou junto ao Protocolo do Setor de Licitações, com sede na Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, Santo Antônio de Lisboa - PI, CEP 64640-000.

4. FORMALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 A(s) empresa(s) interessada(s) em se inscrever no processo de Credenciamento nº 001/2025, deverá (ão) apresentar os documentos elencados no presente Edital, podendo se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas em cartório ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação no ato da inscrição, por membro da Comissão de Credenciamento com o encargo de recebê-los, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Sete de Setembro, S/N, Centro Santo Antônio de Lisboa - PI ou pelo E-mail: pefsal2025@gmail.com.
- 4.2 O presente Edital ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados, enquanto estiver vigente o Credenciamento, em conformidade com o inciso I, parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3 Não haverá procedimento de classificação das manifestações, sendo que todas as pretendentes que se manifestarem e que atenderem às exigências do presente Edital estarão aptos a celebrar contrato com a Administração Pública.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

- 5.1 Poderão habilitar-se ao credenciamento todas as pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação cuja documentação satisfizer as exigências e condições constantes deste Edital, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI;
- 5.2 Não poderão participar do presente credenciamento os interessados:
 - 5.2.1 Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
 - 5.2.2 Que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Estado do Piauí e com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 5.2.3 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 5.2.4 Que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Estado do Piauí, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 5.2.5 Que incidirem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021, observada a exceção prevista no § 2º do art. 14 da mesma Lei;
 - 5.2.6 Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
 - 5.2.7 Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
 - 5.2.8 Em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.3 Os interessados em participar do presente CREDENCIAMENTO deverão entregar a documentação exigida, em um único ato, não sendo permitida a entrega de documentos em etapas, exceto nos casos previstos neste próprio Edital.

6. DO VALOR

6.1 Os serviços serão remunerados de acordo com a pesquisa de preços realizada no mercado local, estadual e contratos anteriores para Ações mantidos pela Secretaria e Fundo Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio de Lisboa-PI.

6.2 A Secretaria Municipal de Saúde estima o valor total da contratação em **R\$ 821.519,85 (oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos)** no período de 12 (doze) meses.

6.3 Os Contratos decorrentes deste Credenciamento serão firmados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI de acordo com as necessidades.

7 DO REAJUSTE

7.3 Os preços fixados Termo de Referência somente sofrerão correção ou reajuste durante a vigência do contrato, caso haja alteração do valor de mercado, devidamente comprovado e justificado.

7.4 Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão dos itens da Tabela de Preços (item 2 do Termo de Referência- Anexo I deste Edital) serão aplicados uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do Termo de Credenciamento.

8 DA HABILITAÇÃO

8.2. Para o credenciamento, os estabelecimentos, deverão apresentar à Comissão de Credenciamento toda a documentação relacionada abaixo, em vigor.

8.3 Habilitação Jurídica

- 8.3.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- 8.3.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 8.3.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.3.5 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, Declaração conforme modelo do Anexo V do Edital;

8.4 Regularidade Fiscal

- 8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.4.2 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;
- 8.4.3 Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- 8.4.4 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.5 Certidão negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5 Qualificação Técnica

- 8.5.1 Conforme o item 5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital);

8.6 Qualificação Econômico-Financeira

- 8.6.1 Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedida pelo distribuidor judicial da sua sede;
- 8.6.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 8.6.3 Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a 90 (noventa) dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor;
- 8.6.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos fiscais com restrições tem assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a partir da declaração do vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões;
- 8.6.5 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá do requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão de Credenciamento;
- 8.6.6 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação;
- 8.6.7 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas pelo tabelião ou por servidor Municipal;

9 DA PROPOSTA

9.3 As empresas interessadas em se credenciar devem apresentar proposta com o(s) Lote(s) dos serviços a serem executado no valor determinado pelo item 2 do Termo de Referência, conforme Anexo I (Termo de Referência).

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PIAUI
CNPJ: 06.553.820/0001-97
Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro.
Fone: (89) 9 8101-8090 CEP: 64640-000
E-mail: prefeituradesal@gmail.com

9.4 As Propostas de Preços e Documentos de Habilitação deverão ser apresentadas, fisicamente, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no lacre, onde deverão compor ainda em cada envelope os dizeres:

- ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS E DESCRIÇÃO TÉCNICA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI – CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2025.
- ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI – CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 105/2025

9.5 A Proposta deverá ser apresentada em observância às seguintes exigências:

- Ser apresentada em 01(uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado do proponente e redigido com clareza em língua portuguesa, impressa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pela representante legal do proponente;
 - Conter o(s) lote(s) ao qual pretende se credenciar, conforme quadro do Item 2 do termo de Referência (Anexo I);
 - Conter preço unitário do item cotado de acordo com o valor tabelado no Item 2 do Termo de Referência, em moeda corrente nacional (R\$), expresso em algarismos e por extenso, básico para a data de apresentação da Proposta;
 - Declarar expressamente que atende a todas as exigências mínimas, e prazos, constantes deste Edital e seus Anexos;
 - Declarar expressamente que os preços contidos nas propostas incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
 - Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, CPF, número da carteira de identidade, domicílio e cargo na empresa;
 - Deverá indicar especificamente cada item do lote que o for ser credenciado;
- 9.6 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços respectivos serem fornecidos sem ônus adicionais;
- 9.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Credenciamento e seus Anexos.

10 DO ACRÉSCIMO DE DEMANDA

10.3 Mediante termo aditivo, e de acordo com a capacidade operacional do CREDENCIADO e as necessidades do CREDENCIANTE, os contraentes poderão fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites do contrato, durante o período de sua vigência, mediante justificativa aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI.

11 DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

- Os documentos de credenciamento serão analisados pela Comissão de Contratação em sessão na qual será emitida ata da análise da documentação, onde fará constar aprovação ou não da documentação apresentada.
- Em caso de desaprovação dos documentos, o resultado será comunicado ao interessado o qual poderá recorrer da decisão da comissão de licitação ou oportunamente reapresentar o requerimento de credenciamento livre de vícios que levem a desaprovação;
- Em caso de aprovação da documentação, o processo será encaminhado para emissão de deferimento do credenciamento pela autoridade competente e posterior formalização de termo de contrato com a empresa credenciada;
- Não sendo possível a contratação simultânea de todos os credenciados, a Administração adotará como critério objetivo de escolha a ordem cronológica de inscrição e habilitação no processo de credenciamento, respeitando a data e o horário do protocolo da documentação completa exigida no edital

12 DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- CREDENCIAMENTO de prestação do serviço de realização de exames laboratoriais, e imagens tendo como critério de julgamento, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, mantidas as condições da contratação inicial.
- O Credenciamento é uma forma de contratação direta adotada pela Administração Pública, e possui como fundamento o art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de âmbito nacional, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia, nos casos em que exista inviabilidade de competição.
- No caso em tela, a inviabilidade de competição ocorre em face da necessidade da Administração, o credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que preencham as condições do Termo, além de ser viável em função da desburocratização de processos licitatórios, a sua prática é viável economicamente, pois o valor a ser pago pela prestação do serviço já está previamente estabelecido através de pesquisa de preços feita pela própria Administração e assim poderá credenciar vários interessados, o que proporcionará ao Município de Santo Antônio de Lisboa-PI um melhor atendimento às suas finalidades.
- Caso tenha mais de um credenciado por modalidade a escolha será por ordem de credenciamento, e os credenciamentos irão ocorrer por

Lote;

- A contratação oriunda deste credenciamento está condicionada à necessidade do município. Este Edital poderá ser revogado por ato do Executivo Municipal, desde que devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização a terceiros.

12.8 O credenciamento poderá ser solicitado a qualquer tempo pelos interessados durante o prazo fixado neste edital, sendo que a vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do edital, de tal forma que todos os contratos relativos a este edital de credenciamento tenham vencimento em uma mesma data, computando-se vigência decrescente para os contratos celebrados posteriormente ao marco inicial estipulado neste item

13 DAS EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

13.1- A credenciada se obriga a:

13.1.1- Disponibilizar os produtos deverá para fornecimento a partir da data da assinatura do contrato;

13.1.2- Custear todas as despesas decorrentes dos fornecimentos, arcando com todos os tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre os serviços, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas;

13.1.3- Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

13.1.4- Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento;

13.1.5- Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente em decorrência do descumprimento do contrato, de lei ou regulamento aplicável à espécie.

13.2- A contratada deverá ainda:

13.2.1- Disponibilizar os produtos para fornecimento a partir da data da assinatura do contrato;

13.2.2- Custear todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, arcando com todos os tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre os produtos, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas;

13.2.3- Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

13.2.4 - Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento;

13.2.5- Responsabilizar-se pelo transporte e frete dos bens, de seu estabelecimento até o local de terminação

13.2.6 - Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente em decorrência do descumprimento do contrato, de lei ou regulamento aplicável à espécie

14 DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

14.6 A Contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e caput do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a prorrogação nos termos do artigo 107 da referida lei.

14.7 Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional da contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a extinção do contrato;

15 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.6 A execução dos serviços deverá ser iniciada na data especificada na Ordem de Serviço (OS) emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI;

15.7 Caso não seja possível o início dos serviços na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões correspondentes com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Ordem de Serviço (OS).

15.8 É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado;

16 DO PAGAMENTO

16.6 A Contratada deverá encaminhar à Contratante, até o quinto dia útil do mês subsequente à entrega do produto, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;

16.7 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato;

16.8 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;

16.9 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade;

16.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras;

16.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

(Continua na próxima página)

- 16.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 16.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal;
- 16.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 16.15 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.;

17 DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

- 17.6 Será realizado o acompanhamento da execução dos contratos por meio de comissão de fiscais instituída pela Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.7 A comissão de fiscais anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 17.8 A comissão de fiscais informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).;

18 DAS PENALIDADES

- 18.6 A contratada que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.6.1 **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.
- 18.6.2 **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de serviço.
- 18.6.2.1 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.
- 18.6.2.2 Na hipótese de a contratada não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI inscreverá o valor em dívida ativa.
- 18.6.3 **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:
- 18.6.3.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 18.6.3.2 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 18.6.3.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.6.3.4 Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- 18.6.3.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- 18.6.4 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
- 18.6.4.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- 18.6.4.2 fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.6.4.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.6.4.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 18.6.4.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 18.6.5 É admitida a reabilitação da credenciada perante o Município, exigidos, cumulativamente:
- 18.6.5.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 18.6.5.2 pagamento da multa;

- 18.6.5.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 18.6.5.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 18.6.5.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 18.6.6 Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- 18.6.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI, a contratada, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.
- 18.6.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 18.6.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;
- 18.6.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

19 DO DESCREDECIMENTO

- 19.6 A Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.
- 19.7 O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal 8.080/90, na Lei Estadual 9.090/2008 e na Lei Complementar nº 907/2019 e suas alterações, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato;
- 19.8 O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;
- 19.9 A Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos CREDENCIADOS, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.
- 19.10 O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa
- 19.11 Se for conveniente para a Administração, a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Edital.

20 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 20.6 Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Edital.
- 20.7 A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139;

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.6 Não serão considerados os documentos que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital de Credenciamento e não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições na proposta ou, de qualquer documento inserto nestas;
- 21.7 A Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá, desde que ressalvado o interesse público, revogar ou anular o presente Credenciamento, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos participantes;
- 21.8 As informações acerca deste instrumento convocatório poderão ser obtidas Comissão de Credenciamento, situada na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Lisboa/PI, à Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro, CEP: 64.640-000, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, das 07h00min às 13h00min
- 21.9 Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante;
- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Habilitação;
- Anexo III – Formulário para Pedido de Credenciamento;
- Anexo IV- Modelo de Declaração de aceitação dos valores da Tabela de Preços
- Anexo V – Declaração para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PIAÍ
 CNPJ: 06.553.820/0001-97
 Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro.
 Fone: (89) 9 8101-8090 CEP: 64640-000
 E-mail: prefeituradesal@gmail.com

Anexo VI - Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho

Anexo VII - Declaração de Idoneidade para contratar com a Administração Pública

Anexo VIII - Minuta de Contrato.;

Santo Antônio de Lisboa (PI), 15 de outubro de 2025.

Epitácio Silva Lopes
 Agente de Contratação

Marcone Rodrigues Carvalho
 Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente processo tem como objeto o **CRENCIAMENTO** de Pessoas Jurídicas para prestação dos serviços de realização de exames laboratoriais e de imagens para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI"

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / QUANTIDADE / ESTIMATIVA DE CUSTO

LOTE 1 - EXAMES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	ANTI GAD (CONGELAR O SORO)	UNID	200	R\$ 4,73	R\$ 946,00
2	ANTI HIV 1 E 2	UNID	180	R\$ 7,35	R\$ 1.323,00
3	ANTI TPO (ANTIGENO ANTI MICROSSOMAL OU ANTIMICROSSOMAL)	UNID	250	R\$ 6,30	R\$ 1.575,00
4	ASO OU ASLO OU ANTIESTREPTOLISINA O	UNID	150	R\$ 12,30	R\$ 1.845,00
5	BAAR	UNID	100	R\$ 5,25	R\$ 525,00
6	BACTERIOSCOPIA-GRAM	UNID	100	R\$ 65,00	R\$ 6.500,00
7	BHCG- QUANTITATIVO	UNID	250	R\$ 8,00	R\$ 2.000,00
8	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	UNID	150	R\$ 11,55	R\$ 1.732,50
9	CA 125	UNID	130	R\$ 22,00	R\$ 2.860,00
10	CÁLCIO	UNID	250	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
11	CHAGAS IGG (IF)	UNID	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
12	CHLAMYDIA	UNID	100	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00
13	CITOMEGALOVÍRUS IGG	UNID	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
14	CITOMEGALOVÍRUS IGM	UNID	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
15	CITOLOGIA ONCÓTICA CÉRVICO-VAGINAL	UNID	250	R\$ 25,00	R\$ 6.250,00
16	CITOLOGIA ONCÓTICA DE LÍQUIDOS CAVITÁRIOS	UNID	50	R\$ 31,14	R\$ 1.557,00
17	COAGULOGRAMA	UNID	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00
18	DENGUE IGG	UNID	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
19	DENGUE IGM	UNID	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
20	DOSAGEM DE ESTRADIOL	UNID	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
21	DOSAGEM DE PROLACTINA	UNID	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00

22	EXAME MICOLÓGICO DIRETO	UNID	100	R\$ 18,90	R\$ 1.890,00
23	ELEMENTOS ANORMAIS- SEDIMENTOSCOPIA - URINA	UNID	350	R\$ 14,70	R\$ 5.145,00
24	EPSTEIN BARR - ANTICORPOS IGG	UNID	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
25	EPSTEIN BARR - ANTICORPOS IGM	UNID	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
26	ESTROGENOS TOTAIS	UNID	100	R\$ 65,00	R\$ 6.500,00
27	EXAME PARASITOLÓGICO DE FEZES	UNID	350	R\$ 15,75	R\$ 5.512,50
28	FAN (FATOR ANTINUCLEAR)	UNID	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
29	FATOR RH	UNID	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
30	FERRITINA	UNID	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
31	FERRO SÉRICO	UNID	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
32	FTA ABS IGG	UNID	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
33	FTA ABS IGM	UNID	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
34	HAEMOPHILUS DUCREYI	UNID	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
35	HBSAG	UNID	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
36	HEMATOCRITO	UNID	350	R\$ 12,00	R\$ 4.200,00
37	HEMOGRAMA COMPLETO	UNID	1200	R\$ 15,00	R\$ 18.000,00
38	HEPATITE A - ANTI - HVA IGG	UNID	60	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
39	HEPATITE A - ANTI - HVA IGM	UNID	60	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
40	HEPATITE C OU ANTI -HCV	UNID	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
41	HEPATITE D	UNID	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
42	HERPES 1 E 2 IGG	UNID	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
43	HERPES 1 E 2 IGM	UNID	60	R\$ 40,00	R\$ 2.400,00
44	HISTOPATOLOGICO	UNID	60	R\$ 160,00	R\$ 9.600,00
45	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE OU FSH	UNID	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
46	HORMONIO LUTEIZANTE - LH	UNID	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
47	HORMONIO PARA TIREOIDIANO - PTH	UNID	150	R\$ 22,00	R\$ 3.300,00
48	HTLV	UNID	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
49	HVA IGG (HEPATITE)	UNID	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
50	HVA IGM (HEPATITE)	UNID	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
51	IONOGRAMA	UNID	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
52	LATEX OU FATOR REUMATOIDE	UNID	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
53	MICROGLOBULINA (BETA 2) OU BETA 2 MICROGLOBULINA	UNID	50	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00
54	PROTEINA C REATIVA- PCR	UNID	250	R\$ 15,00	R\$ 3.750,00
55	PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	UNID	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
56	PSA TOTAL	UNID	300	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00

57	REAÇÃO DE WIDAL (ARTRITE)	UNID	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
58	REAÇÃO DE W.ROSE	UNID	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
59	RUBÉOLA IGG	UNID	250	R\$ 25,00	R\$ 6.250,00
60	RUBÉOLA IGM	UNID	250	R\$ 25,00	R\$ 6.250,00
61	SANGUE OCULTO NAS FEZES	UNID	100	R\$ 8,00	R\$ 800,00
62	TAP - TEMPO DE PROTOMINA-TUBO AZUL	UNID	250	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
63	TESTE DE COOMBS DIRETO	UNID	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
64	TESTE DE COOMBS INDIRETO	UNID	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
65	TESTOSTERONA LIVRE	UNID	250	R\$ 25,00	R\$ 6.250,00
66	TGO- TRANSAMINASE OXALACETICA (TGO) - AST	UNID	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
67	TGP-TRANSAMINASE PIRUVICA (TGP) - ALT	UNID	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
68	TIROXINA LIVRE - T4	UNID	150	R\$ 12,00	R\$ 1.800,00
69	TIROXINA T4	UNID	150	R\$ 12,00	R\$ 1.800,00
70	TOXOPLASMOSE IGG	UNID	250	R\$ 25,00	R\$ 6.250,00
71	TOXOPLASMOSE IGM	UNID	250	R\$ 25,00	R\$ 6.250,00
72	TRIGLICERÍDEOS	UNID	300	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
73	TRIOTIRONINA - T3 TOTAL	UNID	150	R\$ 12,00	R\$ 1.800,00
74	TRIOTIRONINA - T3 LIVRE	UNID	150	R\$ 12,00	R\$ 1.800,00
75	TROPONINA CARDIACA - T	UNID	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
76	URÉIA	UNID	250	R\$ 12,59	R\$ 3.147,50
77	URINA-SUMÁRIO	UNID	250	R\$ 12,60	R\$ 3.150,00
78	WAALER ROSE (ARTRITE)	UNID	250	R\$ 12,00	R\$ 3.000,00
					R\$ 269.008,50

LOTE 2 - RADIOGRAFIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
1	Mamografia Bilateral	UND.	80	R\$ 162,50	R\$ 13.000,00
2	R.XCrânio-2 incidências	UNID.	8	R\$ 83,75	R\$ 670,00
3	R.XÓrbitas-bilateral	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
4	R.XSeiosdaface	UNID.	6	R\$ 83,75	R\$ 502,50
5	R.XSelatúrcica	UNID.	8	R\$ 83,75	R\$ 670,00
6	R.XOssosdaface	UNID.	8	R\$ 83,75	R\$ 670,00
7	R.XArticulaçãotemporomandibular	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
8	R.XAdenóidesoucavum	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
9	R.XM astóideouorelha	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
10	R.X Coluna cervical - 2 incidências	UNID.	15	R\$ 85,00	R\$ 1.275,00
11	R.X Coluna dorsal - 2 incidências	UNID.	15	R\$ 85,00	R\$ 1.275,00
12	R.X Coluna lombo-sacra - 2 incidências	UNID.	25	R\$ 85,00	R\$ 2.125,00

(Continua na próxima página)

13	R.XSacro-coccix	UNID.	7	R\$ 85,00	R\$ 595,00
14	R.X Coluna dorso-lombar paraescoliose	UNID.	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
15	R.XEsterno	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
16	R.XCostelas-porhemitórax	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
17	R.XClavícula	UNID.	8	R\$ 83,75	R\$ 670,00
18	R.XOmolataoescápula	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
19	R.XArticulaçãoacroclavicular	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
20	R.XArticulaçãoescapulomerale(ombro)	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
21	R.XBraço	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
22	R.XCotovelo	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
23	R.XAntebraço	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
24	R.XPunho	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
25	R.XMãoquirodático	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
26	R.X Mãos e punhos para idadeóssea	UNID.	5	R\$ 110,00	R\$ 550,00
27	R.XBacia	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
28	R.XArticulaçãossacroilíacas	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
29	R.X Articulação coxofemoral(quadril)	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
30	R.XCoxa	UNID.	5	R\$ 83,75	R\$ 418,75
31	R.XJoelho	UNID.	10	R\$ 83,75	R\$ 837,50
32	R.XPatela	UNID.	6	R\$ 83,75	R\$ 502,50
33	R.XPerna	UNID.	10	R\$ 83,75	R\$ 837,50
34	R.X Articulação tibiotársica(tomozelo)	UNID.	11	R\$ 83,75	R\$ 921,25
35	R.XPéupododático	UNID.	10	R\$ 83,75	R\$ 837,50
36	R.XCalcâneo2incidências	UNID.	10	R\$ 83,75	R\$ 837,50
37	R.XEscanometria	UNID.	5	R\$ 83,72	R\$ 418,60
38	R.XTórax-1 incidência	UNID.	20	R\$ 82,50	R\$ 1.650,00
39	R.XTórax-2 incidências	UNID.	50	R\$ 92,50	R\$ 4.625,00
40	R.XTórax-obliquo	UNID.	10	R\$ 102,50	R\$ 1.025,00
41	R.XAbdomesimples	UNID.	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
42	R.XAbdomeagudo	UNID.	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
				R\$ 44.932,35	

LOTE 3 - TOMOGRAFIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO MEDIO	VL TOTAL
1	T.CCrânio	UNID.	25	R\$ 307,50	R\$ 7.687,50
2	T.CM astóidesourelhas	UNID.	8	R\$ 307,50	R\$ 2.460,00
3	T.CFaceouseiosdaface	UNID.	8	R\$ 307,50	R\$ 2.460,00
4	T.C Articulaçãostemporomandibulares	UNID.	7	R\$ 307,00	R\$ 2.149,00

5	T.C Pescoço (partes moles,laringe,tireóideefaringe)	UNID.	10	R\$ 380,00	R\$ 3.800,00
6	T.CTórax	UNID.	13	R\$ 407,50	R\$ 5.297,50
7	T.CAbdomesuperior	UNID.	10	R\$ 367,50	R\$ 3.675,00
8	T.CPelvecoubacia	UNID.	10	R\$ 367,50	R\$ 3.675,00
9	T.C Coluna cervical	UNID.	20	R\$ 310,00	R\$ 6.200,00
10	T.CColuna torácica	UNID.	20	R\$ 310,00	R\$ 6.200,00
11	T.C Coluna Lombo-sacra	UNID.	20	R\$ 310,00	R\$ 6.200,00
12	T.C Ombro	UNID.	8	R\$ 305,00	R\$ 2.440,00
13	T.C Quadril	UNID.	6	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
14	T.C Joelho	UNID.	7	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
15	T.C Braço	UNID.	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
16	T.C Cotovelo	UNID.	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
17	T.C Punho	UNID.	6	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
18	T.C Coxa	UNID.	8	R\$ 300,00	R\$ 2.400,00
19	T.Crenalsemoucomcontraste	UNID.	8	R\$ 360,00	R\$ 2.880,00
20	T.C Abdometotal(abdomesuperior,p elveeretropéritônio)	UNID.	10	R\$ 735,00	R\$ 7.350,00
21	T.Córbitas	UNID.	6	R\$ 360,00	R\$ 2.160,00
22	T.Csclatúrsica	UNID.	6	R\$ 360,00	R\$ 2.160,00
				R\$ 77.894,00	

LOTE 4 - RESSONANCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO MEDIO	VALOR TOTAL
1	R.M Abdomes superior	UNID.	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
2	R.M Abdomes inferior	UNID.	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
3	R.M Abdomes total	UNID.	15	R\$ 1.275,00	R\$ 19.125,00
4	R.M Vias biliares	UNID.	8	R\$ 657,50	R\$ 5.260,00
5	R.M Bacia óssea	UNID.	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
6	R.M Crânio	UNID.	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
7	R.M Sela turca	UNID.	7	R\$ 650,00	R\$ 4.550,00
8	R.M Seio da face	UNID.	8	R\$ 657,50	R\$ 5.260,00
9	R.M Mastoide	UNID.	6	R\$ 657,50	R\$ 3.945,00
10	R.M Glândulas Salivares	UNID.	5	R\$ 657,50	R\$ 3.287,50
11	R.M Face	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
12	R.M Coluna Cervical	UNID.	20	R\$ 657,50	R\$ 13.150,00
13	R.M Coluna Torácica	UNID.	20	R\$ 657,50	R\$ 13.150,00
14	R.M Coluna Lombo sacra	UNID.	26	R\$ 657,50	R\$ 17.095,00
15	R.M Ombro	UNID.	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
16	R.M Cotovelo	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00

17	R.M Braço	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
18	R.M Punho	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
19	R.M Mão	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
20	R.M Tórax	UNID.	10	R\$ 657,50	R\$ 6.575,00
21	R.M Coxa	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
22	R.M Joelho	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
23	R.M Perna	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
24	R.M tomozelo	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
25	R.M Pé	UNID.	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
26	R.M Quadril	UNID.	5	R\$ 650,00	R\$ 3.250,00
				R\$ 179.147,50	

LOTE 5 - EXAMES ESPECIALIZADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MEDIO	VALOR TOTAL
1	ELETOENCEFALOGRAFIA A	UNID	30	R\$ 262,50	R\$ 7.875,00
2	ELETOCARDIOGRAMA A	UNID	80	R\$ 117,50	R\$ 9.400,00
3	ECOCARDIOGRAMA A	UNID	10	R\$ 365,00	R\$ 3.650,00
4	BIOPSIA TIREÓIDE GUIADA USG	UNID	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
5	BIOPSIA MAMAS GUIADA USG	UNID	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
6	COLONOSCOPIA SEM ANESTESIA	UNID	10	R\$ 1.275,00	R\$ 12.750,00
7	COLONOSCOPIA COM ANESTESIA	UNID	10	R\$ 1.900,00	R\$ 19.000,00
8	ENDOSCOPIA DIGESTIVA SEM ANESTESIA	UNID	20	R\$ 487,50	R\$ 9.750,00
9	ENDOSCOPIA DIGESTIVA COM ANESTESIA	UNID	15	R\$ 1.187,50	R\$ 17.812,50
				R\$ 94.237,50	

LOTE 6 - ULTRASSONOGRAFIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA TRANSVAGNAL	UND	50	R\$ 180,00	R\$ 9.000
2	ULTRASSONOGRAFIA DA TIREÓIDE	UND	40	R\$ 180,00	R\$ 7.200
3	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA ABDOMINAL	UND	45	R\$ 180,00	R\$ 8.100
4	ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	UND	50	R\$ 180,00	R\$ 9.000
5	ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	UND	40	R\$ 180,00	R\$ 8.100
6	ULTRASSONOGRAFIA DO ABDOME TOTAL	UND	70	R\$ 220,00	R\$ 15.400

7	ULTRASSONOGRAFIA DO ABDOME SUPERIOR	UND	35	R\$ 180,00	R\$ 6.300
8	ULTRASSONOGRAFIA DO ABDOME INFERIOR	UND	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400
9	ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO CERVICAL	UND	45	R\$ 180,00	R\$ 8.100
10	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA ABDOMINAL	UND	35	R\$ 180,00	R\$ 6.300
11	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAR	UND	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400
12	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	UND	40	R\$ 180,00	R\$ 7.200
13	ULTRASSONOGRAFIA DO OMBRO	UND	35	R\$ 180,00	R\$ 6.300
14	ULTRASSONOGRAFIA DO APARELHO URINÁRIO	UND	40	R\$ 180,00	R\$ 7.200
15	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	UND	25	R\$ 380,00	R\$ 9.500
16	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER	UND	30	R\$ 280,00	R\$ 8.400
17	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER ARTERIAL	UND	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000
18	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER VENOSO	UND	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000
19	ULTRASSONOGRAFIA ABDOME TOTAL COM DOPPLER	UND	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000
20	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE COM DOPPLER	UND	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000
21	ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER	UND	15	R\$ 300,00	R\$ 4.500
VALOR TOTAL DO SUBLOTE				R\$ 156.300,00	

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A realização do CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação dos serviços de realização de exames laboratoriais e exames de imagens para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI. O presente Termo de Referência pressupõe a realização de Análise de Viabilidade da contratação, bem como a elaboração da sua respectiva estratégia (de contratação), sendo identificáveis, nas passagens abaixo descritas, conforme a pertinência ao objeto.

4. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento será adotado em razão da CREDENCIANTE ter por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, através de procedimento de seleção, tendo em vista que serão selecionados aqueles que preencham os requisitos previamente definidos no instrumento convocatório, o que não se confunde com um

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PI
 CNPJ: 06.553.820/0001-97
 Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro.
 Fone: (89) 9 8101-8090 CEP: 64640-000
 E-mail: prefeituraadesal@gmail.com

procedimento seletivo concorrencial, já que não há limites para o número de selecionados, sendo que o atendimento às exigências contidas no instrumento de chamamento, proporciona igualdade de condições a todos que participem do procedimento;

- 4.2 Nesse sentido, o inciso XLIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 define credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
- 4.3 O presente credenciamento será operacionalizado através de contratação por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso IV do art. 74 da lei nº 14.133/2021.
- 4.4 No que se refere ao critério de seleção será adotado o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- 4.5 Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá ampliar a base de prestadores de serviços elegíveis, aumentando as chances de encontrar empresas ou profissionais dispostos a prestar os serviços demandados, mitigando riscos associados à dependência excessiva de um único prestador de serviço para executar o objeto contratado. Além disso, o credenciamento oferece a vantagem de permitir que as empresas credenciadas sejam acionadas de acordo com a necessidade e demanda, evitando atrasos e prejuízos à população atendida e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos na área da saúde.
- 4.6 Cabe ressaltar que será observado o regramento mínimo previsto nos incisos do parágrafo único do artigo 79 da nova lei, bem como o que estabelecem os artigos 6º, I, 71, parágrafo 4º; e 174, parágrafo 2º, III. Estes dispositivos definem os procedimentos, critérios e objetivos que orientarão a condução do processo de credenciamento.
- 4.7 Considerando ainda que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da Constituição Federal de 1988 – CF/88), o Estado deve, de fato, tomar providências para garantir que esse direito seja efetivado para todos aqueles que precisarem de atendimento na rede pública de saúde.
- 4.8 Nesse sentido, a disposição do credenciamento dentre um dos Procedimentos Auxiliares disposto no regime ordinário de licitação e contratação pública na lei nº 14.133/2021 permite a adoção de mecanismos voltados, não só em conferir eficiência, como também a racionalidade e economicidade diante das contratações realizadas pela Administração Pública, uma vez que resulta em processos mais simples, flexíveis e com menor custo administrativo.
- 4.9 Ante o exposto, considerando o objeto a ser contratado, o modelo de contratação pública baseada em credenciamento se apresenta como a solução mais vantajosa, conveniente e oportuna para os interesses da Administração.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme determina os arts. 66 a 69, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar ainda as exigências seguintes para qualificação técnica, comprovada conforme segue:
- 5.1.1 Indicação do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pelo cumprimento do objeto deste credenciamento, comprovando ser integrante(s) do quadro permanente da **CRENCIADA**, detentor(es) de Atestado(s) de Capacidade Técnica, compatível(is) em características com o objeto deste certame;
- 5.1.2 Ter estrutura tecnológica e capacidade técnica para realizar todos os serviços contemplados no Termo de referência;
- 5.1.3 Caso não constem as informações exigidas para fins de qualificação técnica, no documento apresentado pelo licitante interessado no credenciamento, a proponente estará passível de não credenciamento no certame;
- 5.1.4 Registro do estabelecimento de saúde no Conselho Regional de Medicina da respectiva jurisdição, nos termos das Leis nº 6.839/1980 e nº 9.656/1998 e Resolução CFM nº 1980/2011; **quando for o caso**
- 5.1.5 Registro do estabelecimento de saúde no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES); **quando for o caso**;
- 5.1.6 Declaração de que os pacientes serão acompanhados por até 30 dias e eventuais complicações informadas pela contratante serão recebidas pela contratada para que seja realizado as intervenções necessárias para garantir a integridade dos pacientes;

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 A execução dos serviços deverá ser iniciada na data especificada na Ordem de Serviço (OS) emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI;
- 6.2 Caso não seja possível o início dos serviços na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões correspondentes com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Ordem de Serviço (OS).
- 6.3 Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do município de Santo Antônio de Lisboa-PI e municípios referenciados;
- 6.4 O agendamento, a coleta, a realização dos exames e a distribuição dos resultados serão de responsabilidade da empresa credenciada, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos;
- 6.5 prazo máximo de agendamento será de: 05 dias para exames de urgência para tratamentos em saúde e para agendar Exames de rotina e demais será de 15 dias.
- 6.6 A empresa credenciada será responsável pelo material necessário às coletas, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização do procedimento;
- 6.7 Os resultados dos exames deverão ser entregues nos seguintes prazos: Os exames de rotina, em até 04 (quatro) dias úteis e o de maior complexidade, em até 15 (quinze) dias

úteis;

- 6.8 A entrega dos resultados dos exames dar-se-á no local onde foi realizada a coleta;
- 6.9 Credenciada deverá de imediato, quando solicitado, apresentar material biológico, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato;
- 6.10 É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre prestação do serviço de forma inadequada, para que seja por ele, reparado ou corrigido, às suas expensas;
- 7.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão composta por servidores especialmente designados;
- 7.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviço executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 7.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.8 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;
- 7.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1 Responsabilizar-se pelos serviços contratados nos termos da legislação em vigor, incluindo também o deslocamento dos profissionais médicos até o local de execução dos serviços.
- 8.1.2 Assumir diretamente a obrigação de cumprir o objeto deste instrumento, não realizando a subcontratação da prestação de serviços, bem como não o executar através de terceiros.
- 8.1.3 Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas com funções legalmente registradas no Conselho Regional de Medicina e outros competentes para as funções a serem exercidas.
- 8.1.4 Instruir os profissionais quanto às necessidades de acatar as orientações da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança e medicina do trabalho.
- 8.1.5 Fornecer todos os insumos necessários para realização dos exames de acordo com as necessidades de cada paciente;
- 8.1.6 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 8.1.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.8 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, Lei nº 14.133/2021;
- 8.1.9 Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo também os equipamentos necessários para realização dos exames, cuja quantidade, qualidade e deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos; (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 8.1.11 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.12 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - 5) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do fornecimento;

(Continua na próxima página)

- 8.1.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 8.1.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações definidas em anexo neste edital;
- 8.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Credenciamento;
- 8.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas no art. 116, da Lei 14.133/2021;
- 8.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme o art. 116, da Lei 14.133/2021;
- 8.1.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.22 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 8.1.22.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 8.1.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9. DA NÃO CONTRATAÇÃO POR RECUSA OU NÃO ATENDIMENTO AO CHAMADO PARA FORNECIMENTO

- 9.1 No caso de recusa na convocação, a empresa deixará de ter a prioridade de contratação e passará para o último lugar no rodízio;
- 9.2 Caso não seja atendido o prazo previsto na Ordem de Serviço (OS), decairá o direito da empresa convocada, passando para o último lugar do rodízio, podendo o órgão demandante convocar a próxima empresa remanescente do rodízio.
- 9.3 Caso a empresa não atenda à convocação para a prestação do serviço por 03 (três) vezes, consecutivas ou não, será passível de descredenciamento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1 A Contratação será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e caput do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, sendo possível a prorrogação nos termos do artigo 107 da referida lei.
- 10.2 Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional da contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão;

11. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 11.1 O Credenciamento estará vigente, até a disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente ou enquanto perdurar as etapas de execução;
- 11.2 A revogação deste Credenciamento dependerá de prévia publicação, utilizando -se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição;
- 11.3 Enquanto estiver vigente o Credenciamento, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

12. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Será realizado o acompanhamento da execução dos contratos por meio de comissão de fiscais instituída pela Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com os artigos 117 e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.2 A comissão de fiscais anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 12.3 A comissão de fiscais informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13. DO DESCREDECIMENTO

- 13.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba

ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

- 13.2 O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal 8.080/90, na Lei Estadual 9.090/2008 e na Lei Complementar nº 907/2019 e suas alterações, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato; O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;
- 13.3 A Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos **CREDENCIADOS**, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.
- 13.4 O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
- 13.5 Se for conveniente para a Administração, a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa/PI poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Edital.

14. DO PAGAMENTO

- 14.1 A Contratada deverá encaminhar à Contratante, até o quinto dia útil do mês subsequente à entrega do produto, a documentação necessária para instrução dos processos de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;
- 14.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Unidade demandante atestar a execução do objeto do contrato;
- 14.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;
- 14.4 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências para imediata restauração de regularidade;
- 14.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras;
- 14.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 14.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 14.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal;
- 14.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 14.10 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 A contratada que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 15.1.1 **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução dos serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.
- 15.1.2 **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de serviço.
- 15.1.2.1 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.
- 15.1.2.2 Na hipótese de a contratada não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI inscreverá o valor em dívida ativa.
- 15.1.3 **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:
- 15.1.3.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PIAUI
 CNPJ: 06.553.820/0001-97
 Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro.
 Fone: (89) 9 8101-8090 CEP: 64640-000
 E-mail: prefeituraadesal@gmail.com

- 15.1.3.2 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.3.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.3.4 Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- 15.1.3.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- 15.1.4 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
- 15.1.4.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- 15.1.4.2 fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.4.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.4.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 15.1.4.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 15.1.5 É admitida a reabilitação da credenciada perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:
- 15.1.5.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 15.1.5.2 pagamento da multa;
- 15.1.5.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 15.1.5.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 15.1.5.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 15.1.6 Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- 15.1.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI, a contratada, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.
- 15.1.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 15.1.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.1.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 16.1 Constituem motivos para extinção do Contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas cominadas neste Edital.
- 16.2 A extinção do Contrato, a ser determinada pela Secretária de Estado da Saúde do Piauí e exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial seus arts. 138 e 139.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1 As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão através de Dotação Orçamentária provenientes da fonte Fundo Municipal de Saúde/FPM/Receita Próprias (Secretaria de Saúde) e Outras Fontes, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, outros serviços de terceiros/PI.

ANEXO II

MODELO DE HABILITAÇÃO

Eu (nome completo), RG nº, representante credenciado da (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº, DECLARO, sob as penas da lei, que conheço as especificações do objeto do Credenciamento nº ____/2025 e os termos constantes no edital e seus anexos, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências para realização dos serviços ali contidas. DECLARO, ainda, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no edital supracitado, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame. DECLARA AINDA, para os fins requeridos no inciso III, artigo 9º da Lei nº. 14.133/21 que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos do Contratante, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões."

Local e data;

Representante Legal RG e CPF
 (CARIMBO CNPJ DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____ / Estado _____, CEP _____, inscrita no CNPJ _____, vem solicitar seu CREDENCIAMENTO nos termos do Edital informando desde já os dados a seguir.

DADOS DA INSTITUIÇÃO:

NOME: _____

Telefone: (____) _____

Correio Eletrônico: _____

Banco: _____

Agência: _____

Conta-Corrente: _____

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

(Nome e carimbo do representante legal da empresa)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS VALORES DA TABELA DE PREÇOS

Com vistas à participação no processo de Credenciamento nº ____/2025, declaro aceitar o valor constante no Item 2 do Termo de Referência) para prestação dos serviços contidos no objeto do presente certame e, também, estar de acordo com os critérios de reajustes estabelecidos no Edital.

_____/_____
 (cidade) (estado)

_____ de _____ de 2025

Assinatura

(Nome e carimbo do representante legal da Empresa)

(Continua na próxima página)

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

A empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Credenciamento nº ____/2025, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL / DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME:

RG / CPF:

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Credenciamento nº ____/2024

(nome da instituição), inscrito (a) no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalta: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data: _____ - _____, _____ de _____.

Representante Legal

RG e CPF

(CARIMBO CNPJ DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Credenciamento nº ____/2025

A Proponente, com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e em cumprimento ao Edital do CREDENCIAMENTO nº ____/2025 e visando ao credenciamento junto a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais especializados em análises clínicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI, em conformidade com os valores determinados por esta Secretaria (conforme Termo de Referência), DECLARA por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e que não está cumprindo penalidade de suspensão de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual.

Local e data;

Representante Legal

RG e CPF

(CARIMBO CNPJ DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2025.

PROCESSO Nº ____/2025-x.
/Nº ____/2025.

OBJETO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PI, situada à Avenida Sete de Setembro, s/n, Centro, no município de Santo Antônio de Lisboa, Piauí (CEP: 64640-000), inscrita no CNPJ sob nº 06.553.820/0001-97, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Srª. XXXXXXXXX, portadora da cédula de identidade, CPF nº _____, e de outro lado à empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____ nº _____, cidade de _____, no estado de _____, neste ato representada pelo (a) proprietário (a), Sr.(a) _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominado CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Lei 8.080/1990 arts. 24 e seguintes e a Lei 8.142/1990 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, assim como o procedimento auxiliar de credenciamento, fundamentada no artigo 78, I da Lei Federal nº 14.133/2021, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste contrato a contratação de Pessoa Jurídica para **prestação de serviços de exames laboratoriais e exames de imagens para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Lisboa-PI**, conforme especificações e quantidades em anexo.
- 1.2 **Parágrafo 1º** - Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão todos aqueles contemplados na Tabela de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, de naturezas laboratoriais, em quantidade ajustadas a fim de atenderem a demanda necessária, devendo, no entanto, obedecerem aos limites financeiros de que trata a cláusula sexta do presente contrato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1 O valor mensal do presente contrato é de R\$ ** (**), no total anual de R\$ ** (**), de acordo com a proposta comercial.
- 2.2 No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive transporte, instalação, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados à execução dos objetos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS

- 3.1 Os serviços ora CONTRATADOS serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento do Contratado.

Parágrafo 1º - Para os efeitos deste CONTRATO, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento CONTRATADO.

- 1- o membro do seu corpo clínico;
- 2- o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;
- 3- o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços a CONTRATADA ou, se por ela autorizado;
- 4- os profissionais que não estão incluídos nas categorias referidas nos itens 1, 2 e 3, é admitido pela CONTRATADA, nas suas instalações para prestar serviços.

Parágrafo 2º - Equipara-se ao profissional autônomo definido no item 3 e 4 a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde.

Parágrafo 3º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste CONTRATO.

Parágrafo 4º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste CONTRATO.

Parágrafo 5º - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo Município sobre a execução do objeto deste CONTRATO, os CONTRATANTES reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo de que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida ao CONTRATADO.

Parágrafo 6º - É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal para a execução do objeto deste CONTRATO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciário, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora CONTRATADOS não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

- 3.1 **Parágrafo 7º** - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de paciente, amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias no

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PIAUI
CNPJ: 06.553.820/0001-97
Endereço: Rua Anaíta Rocha, nº 32, Centro.
Fone: (89) 9 8101-8090 CEP: 64640-000
E-mail: prefeituraadesal@gmail.com

pagamento devido pelo Poder Público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 4.1 Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, com atendimento de todas as exigências do Edital e anexo, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao fornecimento dos bens, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.
- 4.2 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.
- 4.3 A contratada apresentará à contratante os originais dos documentos fiscais dos objetos executados, sob pena de não serem remunerados pelos mesmos.
- 4.4 A contratante, quando da efetivação do pagamento, exigirá do contratado a documentação de regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, INSS e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1 Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- 5.2 Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 5.3 Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- 5.4 Afixar aviso em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS e credenciado pelo Município de Presidente Venceslau, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 5.5 Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste CONTRATO;
- 5.6 Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua Razão Social ou de seu controle acionário e de mudança de sua diretoria, CONTRATO ou estatuto enviado ao CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 5.7 Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento.
- 5.8 A CONTRATADA fica obrigada a fornecer ao paciente relatório do atendimento prestado, que será ressarcido pelo Ministério da Saúde, de acordo com a Tabela do SUS.
- 5.9 Executar os objetos nas condições especificadas no edital e na proposta e estipuladas no Edital;
- 5.10 A CONTRATADA não será responsável:

- 5.10.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 5.10.2 Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e na Ordem de Fornecimento a ser assinado com a contratante.
- 5.11 A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades
- 5.12 Só divulgar informações acerca da execução do objeto deste contrato, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização.
- 5.13 Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros para a execução do objeto desse contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1 A Contratante, após a retirada da Ordem de Fornecimento, compromete-se a:
 - 6.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências da contratante.
 - 6.1.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, exceto quando motivos de ordem superior assim o justificarem.
 - 6.1.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
 - 6.1.4 Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato ou Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 7.1 O prazo de vigência do presente CONTRATO iniciará em ____ de ____ de 2024 à ____ de ____ de 2024, podendo ser renovado por iguais períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, após o início da vigência do contrato, conforme disposto no artigo 106, da Lei 14.133/2021, mediante Termo Aditivo assinado entre as partes.
- 7.2 Parágrafo Único – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do CONTRATO, estipulado no CAPUT, fica condicionada à aprovação das dotações orçamentárias para as referidas despesas no orçamento do MINISTÉRIO DA SAÚDE.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 8.1 O Ministério da Saúde, mediante Autorização de Pagamento, é a unidade orçamentária responsável pelo pagamento de serviços CONTRATADOS até o montante declarado em documento administrativo – financeiro por ele fornecido ao Município. A Autorização de Pagamento supre a assinatura do Ministério da Saúde neste CONTRATO como Interviente-Pagador.
- 8.2 Parágrafo 2º - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos no orçamento do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E SANÇÕES:

- 9.1.1 A inobservância pela CONTRATADA de cláusula ou obrigação constante neste CONTRATO, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o Município, garantida a prévia defesa, a aplicar em cada caso, as sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária das internações e/ou atendimentos ambulatoriais;
 - d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar ou conveniar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - e) Declaração de idoneidade para licitar, contratar ou conveniar com a administração, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada no item C desta cláusula.
- Parágrafo 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA.
- Parágrafo 2º - As sanções previstas nas alíneas A, C, D e E desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea B.;
- Parágrafo 3º - Da aplicação das penalidades da CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.
- Parágrafo 4º - A suspensão temporária dos atendimentos será determinada até que a CONTRATADA corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- Parágrafo 5º - O valor da multa a que vier ser aplicada será comunicado a CONTRATADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE a CONTRATADA, garantindo a este pleno direito de defesa em processo regular.
- Parágrafo 6º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas, nesta cláusula, não ilidirá o direito de a CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, e/ou ética do autor do fato

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO.

- 11.1 Os preços contratados (teto financeiro pactuado) poderão ser alterados após o período de 12 (doze) meses conforme atualização da tabela de procedimentos do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do Min. Da Saúde, sendo que o limite quantitativo permanecerá o mesmo. No caso de os valores ficarem bem abaixo do preço de mercado, a critério da Administração Municipal, os valores poderão ser revistos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração no presente CONTRATO será objeto de Termo Aditivo, na forma da Legislação referente à licitação e CONTRATOS administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O presente CONTRATO será publicado por extrato na Imprensa Local até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do inciso II do artigo 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

- 12.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Santo Antônio de Lisboa-PI, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

Santo Antônio de Lisboa (PI), ** de ** de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA-PI
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: